

# Empresários paulistas consideram que acerto facilita mais negociações

SÃO PAULO — Entre surpresa e satisfeita, a classe empresarial paulista recebeu com agrado a conclusão das negociações do Brasil com o Clube de Paris, entendendo que a fase mais difícil junto aos credores externos foi superada e que agora, com os bancos privados, o diálogo em torno do endividamento fica mais ágil.

Bóris Tabacof, diretor da Companhia Suzano de Papel e Celulose e do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), acha que "está definitivamente aberto" o caminho para um entendimento favorável e de longo prazo para a dívida brasileira, classificando o acordo como uma grande vitória política para o País, "pois os membros do Clube de Paris são muito formais e rígidos e extremamente preocupados em abrir precedentes como o não monitoramento do FMI". Para Tabacof, essa rigidez agora rompida e o montante da dívida reescalonada representam o alívio que o Brasil precisava para resolver seus problemas externos "e atacar com mais intensidade o panorama tenso dos problemas internos".

O mesmo pensa Michel Alaby, Di-

retor da Fundação Centro de Pesquisas de Comércio Exterior (Funcex), ao prever que o País poderá agora trabalhar com perspectivas mais folgadas em relação às finanças externas, citando que grande parte do momento intranquilo que a economia atravessa se deve à deterioração da balança comercial brasileira e das reservas cambiais.

— Reescalonando os débitos do passado, resolvemos também um problema do futuro, que é a entrada de novos recursos. O acordo com o Clube de Paris abre essa perspectiva e permite que todos os brasileiros retomem suas atividades e possam trabalhar mais tranqüilos — disse.

Alaby, que não estava confiante no acordo, devido às resistências da Holanda e da Inglaterra, acha que o Brasil se torna agora atraente não só para credores, mas sobretudo para investidores estrangeiros.

O Presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu, considerou excelente o acordo firmado pelo Governo brasileiro com o Clube de Paris. Segundo Abreu, as condições obtidas para o reescalonamento dos débitos pelo prazo de seis anos, com três de carência são excepcionais.